

## O DESAFIO DOS CONSELHOS ESCOLARES E DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO EM IPORÁ (GO)

*the challenge of school councils and participatory democracy in public  
schools: a case study in Iporá (GO)*

**Paula Junqueira da Silva Rezende**

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

**Whatilla Marques de Souza Gonçalves**

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

### RESUMO

Este trabalho concentra observações e análises na ação colaborativa emergente do Laboratório de Pesquisa de Extensão de Ensino de Geografia (LAPEEGEO) da Unidade Universitária de Iporá (UnU Iporá) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em parceria com o Centro de Ensino de Período Integral de Aplicação (CEPI) em Iporá. Na proposta extensionista, visa-se fortalecer o conselho escolar na gestão participativa das instituições educacionais públicas do referido município. Por meio da revisão bibliográfica, visamos sistematizar as determinações que colaboram (ou não) com a efetivação com o exercício da participação democrática e popular em uma escola pública estadual de ensino fundamental, de período integral, em Iporá (GO). Enfatizamos o papel do projeto escolar “Web Rádio CEPI de Aplicação”, juntamente com o programa semanal “Socializando” na democratização do conhecimento e de demandas escolares. Entre os referenciais bibliográficos que sustentaram a defesa da formação pela práxis, destacam-se Oliveira, Moraes e Dourado (2014), Zientarski, Sagrillo e Pereira (2013) e Lima (2010) que, sob a perspectiva crítico-dialética, discutem os conselhos na educação para acessar a democratização de tais escolas. A falta de tempo da família trabalhadora e a apatia emergiram como desafios à implementação da democracia participativa nos conselhos escolares, o que ressalta as ações extensionistas político-formativas para despertar a consciência de classe e a restauração da democracia, sobretudo nas instituições educacionais públicas do país.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar; Democracia Participativa; Escola Pública; Extensão Universitária.

### ABSTRACT

This work focuses observations and analyzes on the collaborative action emerging from the Geography Teaching Extension Research Laboratory (LAPEEGEO) of Iporá University Unit (UnU Iporá) of the State University of Goiás (UEG), in partnership with the Period Teaching Center Full Application (CEPI) in Iporá. The extension proposal aims to strengthen the school council in the participatory management of public educational institutions in the aforementioned municipality. Through a bibliographical review, we aim to systematize the determinations that contribute (or not) to the implementation of democratic and popular participation in a full-time public elementary school in Iporá (GO). We emphasize the role of the school project “Web Rádio CEPI de

Aplicação”, together with the weekly program “Socializando” in the democratization of knowledge and school demands. Among the bibliographical references that supported the defense of training through praxis, Oliveira, Moraes and Dourado (2014), Zientarski, Sagrillo and Pereira (2013) and Lima (2010) stand out who, from a critical-dialectic perspective, discuss the advice in education to access the democratization of such schools. The working family’s lack of time and apathy emerged as challenges to the implementation of participatory democracy in school councils, which highlights political-training extension actions to awaken class consciousness and restore democracy, especially in the country’s public educational institutions.

**Keywords:** School Management; Participatory Democracy; Public School; University Extension.

## INTRODUÇÃO

A educação formal ofertada no sistema público de ensino é uma ferramenta fundamental na composição de uma sociedade para os tempos presente e futuro. De modo dialético, a educação escolar, ao longo da formação do território brasileiro, ora atende primordialmente os interesses da classe dominante, ora absorve sujeitos e estratégias e desenvolve práticas sociais e políticas que materializam a luta pela construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Em um contexto de forças contrárias, a gestão participativa das escolas públicas, garantida na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), desempenha um papel crucial ao garantir, sob a forma da lei, a colaboração de diferentes atores na tomada de decisões e no direcionamento das políticas educacionais (Brasil, 1988). No Brasil, a efetivação desse modelo de gestão educacional enfrenta desafios, sobretudo em períodos de conflitos políticos e ideológicos na governabilidade do país.

Cientes dos desafios e com o objetivo de sistematizar as determinações que colaboram (ou não) com a efetivação com o exercício da participação democrática e popular em uma escola pública estadual de ensino fundamental, de período integral, em Iporá, Goiás (GO), concentramos as observações e análises em uma ação colaborativa que emerge do Laboratório de Pesquisa de Extensão de Ensino de Geografia (LAPEEGEO) da Unidade Universitária (UnU) de Iporá, em parceria com o Centro de Ensino de Período Integral de Aplicação (CEPI) no referido município, intitulada “O fortalecimento dos conselhos escolares e da democracia participativa na escola pública”. Essa iniciativa extensionista se justifica pela fragilização do modelo de gestão no governo de extrema-direita no poder executivo nacional (2016-2022), caracterizado por ataques sistemáticos à democracia brasileira.

Diante da relevância da pesquisa bibliográfica no processo de formação de monitores e em virtude da vivência na escola-campo para mobilizar a comunidade escolar sobre o papel do conselho na democratização da gestão da escola pública, o projeto de extensão se

desdobrou em uma pesquisa participativa e revelou situações típicas de um estudo de caso.

Portanto, o estudo de caso se ampara na defesa da escola pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade aos estudantes oriundos da classe trabalhadora e no compromisso social, político e histórico de fortalecer a jovem democracia brasileira devastada nos últimos sete anos no Brasil. A metodologia desenvolvida envolveu a formação sob a perspectiva crítico-dialética, a partir de referenciais teóricos sobre a gestão democrática escolar, com destaque para Demo (1999), Souza (2001), Lück (2006a, 2006b, 2006c), Paro (2005), Lima (2010), Zientarski, Sagrillo e Pereira (2013), Oliveira, Moraes e Dourado (2014), Frigotto (2017) e Rezende (2023a, 2023b). Também nos debruçamos em realizar uma leitura crítica e formativa sobre o papel dos conselhos escolares estabelecidos pelos documentos do Ministério da Educação (MEC), bem como nas leis brasileiras como a CRFB e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394 (Brasil, 1988, 1996).

A formação direta na escola-campo, com visita técnica e reuniões com a equipe escolar durante a vigência do projeto de extensão, foi importante para identificar as demandas pedagógicas, administrativas e financeiras no cotidiano da instituição. Estabelecemos um cronograma de reunião com a comunidade escolar para a diagnose acerca da relação com o estabelecimento educacional e do papel do conselho escolar. Para facilitar a comunicação com a comunidade, optamos pela criação de grupo de WhatsApp denominado “coletivo de mães, pais e responsáveis”, com o objetivo de compartilhar informações sobre a gestão pedagógica, administrativa e deliberativa da escola.

No desenvolvimento das etapas do projeto de extensão e devido a dificuldades como reunir a comunidade para os encontros formativos e abordar a importância da gestão democrática escolar, adequamos as atividades realizadas. Por meio da parceria com a professora responsável pelo projeto de atividade eletiva “Web Rádio Cepi de Aplicação” na instituição, adaptamos as atividades formativas para, semanalmente e ao vivo, realizar o programa de rádio “Socializando” via *streaming* (transmissão, em tradução literal) e disponibilizar a gravação por meio das mídias sociais do estabelecimento educacional, sobretudo pela plataforma do YouTube.

Após expormos os objetivos, a justificativa e a metodologia do binômio pesquisa-extensão, o presente artigo se organiza em outros dois tópicos discursivos, seguidos das considerações finais. No primeiro deles, descrevemos o caminho teórico da pesquisa, em que se sobressai o papel dos conselhos escolares e da democracia participativa, ao pontuarmos os desafios e as potencialidades da implementação da agenda democrática nas instituições públicas de ensino; no segundo tópico, discutimos as múltiplas determinações incidentes sobre a fragilização da gestão participativa na escola pública, brasileira e goiana, no recorte temporal de 2016 a 2022, com base nos ataques à democracia brasileira e na precarização da educação pública; no impacto do neoliberalismo e conservadorismo nesse contexto; em ofensivas como “Escola sem Partido” e reformas educacionais; no ajuste do ensino em

Goiás às demandas do capital; e na inibição à democracia durante a pandemia de *Coronavirus Disease 19* (Doença do Novo Coronavírus 2019 – COVID-19). Ainda nessa etapa do trabalho, elucidamos os aspectos gerais do projeto de extensão de Rezende (2023a), em defesa da escola pública e democrática, com destaque à parceria com o projeto escolar “Web Rádio CEPI de Aplicação” no desenvolvimento de ações extensionista.

Convém salientar que a abordagem das análises ocorreu de forma qualitativa. Não pretendemos quantificar e classificar dados de campo, mas sim apresentar uma abordagem crítica do objeto a partir do referencial teórico.

## O CAMINHO TEÓRICO: CONSELHOS ESCOLARES E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A democratização da gestão escolar representa uma resposta visionária a complexas demandas e desafios enfrentados pelas instituições públicas de ensino. Por meio da participação ativa dos diversos atores da comunidade educacional, tal abordagem reconhece que o desenvolvimento educacional transcende o papel exclusivo dos educadores e adentra o terreno da colaboração e corresponsabilidade. Por serem componentes vitais da estrutura participativa, os conselhos escolares desempenham um papel proeminente ao agirem como foros de discussão e tomada de decisões que abrangem questões administrativas e pedagógicas. Eles se configuram como plataformas inclusivas em que pais, alunos, professores e membros da comunidade local são incentivados a “compartilhar suas perspectivas, contribuir com experiências únicas e moldar a direção da escola de maneira coletiva” (Oliveira; Moraes; Dourado, 2014, p. 2).

Para Lück (2006a), os conselhos escolares são capazes de concretizar a participação cidadã em um contexto onde a educação é considerada não apenas um empreendimento individual, mas também o bem coletivo que impacta a sociedade. A participação dos diversos segmentos da comunidade nesses conselhos não é meramente simbólica, por corresponderem a uma manifestação prática do valor atribuído à cogestão e ao compartilhamento de poder na tomada de decisões. A presença de pais, alunos, professores e membros da comunidade local reflete a ideia de que a educação é um esforço conjunto, no qual diferentes vozes têm um papel a ser desempenhado na definição do rumo educacional, ao indicar a inseparabilidade da democracia e da participação.

Nesse ínterim, os conselhos escolares transcendem os limites convencionais da governança educacional e da administração escolar tradicional, por fornecerem uma plataforma na qual a democracia não é apenas discutida em teoria, mas efetivamente praticada. Ao permitirem voz e influência a diversos atores nas decisões que afetam a escola, tais grupos se transformam em agentes de empoderamento. Essa inclusão não apenas resulta em políticas e práticas representativas e contextualmente relevantes, mas também promove uma cultura de participação cívica e responsabilidade compartilhada desde as etapas formativas da vida dos alunos.

Segundo Demo (1999), por mais que seja considerada utopia, a materialização da participação cidadã nos conselhos escolares é fundamental para a criação de uma cultura educacional enriquecedora, na qual a diversidade de perspectivas é valorizada e incorporada às decisões educacionais. A interação entre os membros do conselho manifesta uma rica gama de experiências, opiniões e conhecimentos que podem informar políticas curriculares, estratégias pedagógicas e a alocação de recursos. Dessa forma, os conselhos escolares não apenas fortalecem a democracia participativa, mas também potencializam a qualidade da educação, ao incorporarem visões que contribuem para a melhoria contínua do sistema educacional público.

Lück (2006b) entende que a democratização dos processos de gestão escolar está estabelecida na CRFB, na LDB e no Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 1988, 1996, 2001/2014). Tomemos, por exemplo, o planejamento curricular, pois, nas escolas que adotam a democracia participativa por meio dos conselhos escolares, o processo de desenvolvimento do currículo é moldado coletivamente. Isso significa que a estrutura do currículo, os temas abordados e os métodos de ensino podem ser discutidos e ajustados conforme as opiniões de vários atores envolvidos, o que assegura um currículo sensível a necessidades e interesses dos alunos, bem como às expectativas de pais/responsáveis e professores.

Em contrapartida, nas escolas que não adotam a democracia participativa, as decisões muitas vezes ficam sob a responsabilidade da administração, sem uma participação significativa de outros atores – esse modelo centralizado pode resultar em decisões que carecem da riqueza de perspectivas observada na democracia participativa. Assuntos como currículo podem ser definidos sem um envolvimento significativo dos professores que trabalham diretamente com os alunos ou dos pais que conhecem as aspirações e necessidades de seus filhos; logo, há uma desconexão entre as políticas e práticas escolares e as realidades vivenciadas pelos estudantes e suas famílias. Como argumenta Paro (2005, p. 27):

Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola? Isto deveria alertá-los para necessidade de a escola se aproximar da comunidade, procurando auscultar seus reais problemas e interesses [...].

A diferença entre as escolas que adotam a democracia participativa e aquelas que não o fazem não é meramente superficial, por refletir uma abordagem fundamentalmente distinta para a governança escolar e a tomada de decisões. Instituições que valorizam os conselhos escolares reconhecem que a diversidade de perspectivas enriquece a qualidade da educação, enquanto os estabelecimentos educacionais centralizados não aproveitam o conhecimento e a experiência dos vários atores envolvidos. Essa dinâmica demonstra como a implementação da democracia participativa por intermédio dos conselhos escolares pode moldar profundamente o funcionamento das escolas e a tomada de decisões para beneficiar a comunidade.

Conforme apontam os teóricos, os benefícios decorrentes da incorporação da democracia participativa nos conselhos escolares abrangem dimensões do ambiente educacional e da comunidade circundante. Para os alunos, essa abordagem representa uma mudança significativa na experiência escolar, pois, em um ambiente onde suas vozes são ouvidas e valorizadas, eles se sentem empoderados e reconhecidos como agentes ativos no próprio processo educacional. Isso cria um senso de pertencimento e engajamento, o que pode se traduzir em uma atitude positiva em relação à escola e ao aprendizado. A inclusão dos estudantes na tomada de decisões também pode resultar em políticas e práticas que melhor atendam às suas necessidades e aspirações, o que impacta sobremaneira em uma educação personalizada e relevante. Para Lima (2010, p. 43) “A responsabilidade do conselheiro é imensurável, primeiro, como aprendiz da democracia, segundo, como seu fomentador.”

Ainda para Lück (2006b), a participação dos professores nos conselhos escolares leva ao compartilhamento da expertise pedagógica e a contribuições na moldagem da direção do estabelecimento de ensino. Eles se tornam coautores das políticas educacionais, com a oportunidade de influenciar questões que vão além da sala de aula; por conseguinte, não apenas se abordam a experiência e o conhecimento dos professores, mas também os capacitam a experimentar um senso maior de satisfação profissional, visto que suas opiniões e contribuições são valorizadas em um nível amplo.

Diante da discussão apresentada por meio das reflexões dos autores citados, podemos inferir que os benefícios da democracia participativa por intermédio dos conselhos escolares se estendem além do âmbito escolar imediato. Quando implementados na instituição de ensino e com atuação sistemática nas deliberações, consultas e sugestões pedagógicas, os conselhos podem contribuir para a formação de cidadãos ativos, engajados e preparados para participar efetivamente em processos democráticos amplos. Ademais, a experiência de participação democrática via conselhos escolares é uma ferramenta relevante para promover a cultura de colaboração, confiança e responsabilidade compartilhada que transcende as fronteiras da escola e influencia as relações entre os diversos membros da comunidade.

### **Desafios na implementação da democracia participativa**

Para Demo (1999), a implementação da democracia participativa nos conselhos escolares, apesar de seu potencial, não está isenta de desafios substanciais e se aproxima da utopia. Entre os desafios proeminentes, Paro (2005) cita a tarefa de garantir uma representação equitativa de todos os grupos envolvidos na comunidade educacional. A diversidade de vozes é um dos pontos preponderantes dos conselhos, mas equilibrar as perspectivas e os interesses de pais, alunos, professores e membros da comunidade local pode ser algo complexo. Torna-se crucial evitar a predominância de certos grupos ou interesses, o que poderia levar a decisões sem ser verdadeiramente representativas das necessidades e aspirações de todos os envolvidos.

Lück (2006c) aponta que, mesmo com a relevância da participação da comunidade, outra dificuldade inerente à democracia participativa nos conselhos escolares compreende a gestão eficaz do tempo e a facilitação de discussões produtivas, dado que a inclusão de membros com perspectivas variadas pode resultar em debates intensos e prolongados. Discussões sobre temas cruciais, como políticas curriculares ou alocação de recursos, podem demandar um investimento significativo de tempo; por isso, a habilidade de lidar com divergências e promover um diálogo construtivo entre membros com opiniões diferentes é essencial para garantir a tomada de decisões informada e colaborativa.

Como explica Souza (2001), a resistência à mudança é outro obstáculo a ser considerado na implementação da democracia participativa nos conselhos escolares. Em muitos casos, as estruturas tradicionais possuem raízes profundas e podem ser resistentes à mudança:

A descentralização administrativa, característica integrante das reformas educacionais propostas pelos organismos multilaterais, prevê a autonomia da escola apenas em nível de execução. Isso significa o gerenciamento interfuncional, ou seja, “aquele que olha para frente e direciona as melhorias” não deve ser descentralizado, o que exclui a escola de qualquer possibilidade de “determinar a direção em que o navio vai navegar”, indicando então, no que diz respeito à gestão de qualidade total da educação, a descentralização administrativa se dá apenas nas tarefas secundárias (Souza, 2001, p.48).

Nesses casos, a conscientização sobre os benefícios da democracia participativa e a criação de uma cultura de abertura ao diálogo podem ser desafios a serem superados. Eles, inclusive, são encontrados no CEPI de Aplicação de Iporá (GO), como será verificado nas próximas seções deste artigo.

## **A FRAGILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E A TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA EM IPORÁ (GO)**

Inicialmente, entendemos e assumimos o caráter deste texto como práxis social na luta constante na sociedade capitalista por uma educação pública e qualificada, socialmente referenciada, promotora da emancipação intelectual e política da classe trabalhadora. Assim, a defesa pela escola pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade aos estudantes oriundos da classe trabalhadora nos leva a assumir um compromisso social, político e histórico primordial, haja vista os ataques à jovem democracia brasileira vivenciados nos últimos anos (2016 a 2022) pela histórica precarização da educação pública e a organização secular da escola empobrecida para pessoas mais necessitadas no Brasil, como caracterizado por Ribeiro (2018) em vários textos.

Impactada pelos reveses das crises políticas e econômicas e com políticas educacionais reformistas e mantenedoras do *status quo* da classe dominante, a escola pública foi influenciada pelo neoliberalismo

e a ascensão dos arautos do conservadorismo da extrema direita brasileira (Rezende, 2023b). Esses ícones da sociedade capitalista durante os tempos sombrios (2016 a 2022) se apropriaram da educação para, a partir dela, enraizarem suas ideologias e, assim, censurarem e impedirem processos democráticos de ensino-aprendizagem e de participação da comunidade fomentadores da emancipação dos sujeitos da classe trabalhadora.

Sobre tais raízes, salientamos o enraizamento do discurso ideológico da “Escola sem Partido”, conforme apontam os autores da obra organizada por Frigotto (2017), e o pacote de reformas educacionais – Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), Novo Ensino Médio (NEM), Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), entre outras – implantadas sem a participação qualitativa da sociedade civil popular, engajada politicamente nas discussões sobre a democratização do acesso à escola pública de qualidade. As escolas goianas absorveram essa ofensiva dominante e, em Iporá (GO), tal iniciativa não foi diferente (Rezende, 2023b).

A necessidade de reformar o ensino em Goiás conforme as demandas da reestruturação sociometabólica do capital resultou em ações ágeis para a imposição do Documento Curricular para Goiás (DCGO) (Goiás, 2018), espelhado nas determinações gerencialistas da BNCC (Brasil, 2018). Assim, professores, diretores, coordenadores regionais, alunos e pais/responsáveis foram passivos à implantação das novas diretrizes que impactaram profundamente não apenas o processo de ensino-aprendizagem, como sobrecarregaram os profissionais da educação que precisaram, em serviço, adequar paulatinamente a gestão escolar, administrativa e pedagógica às novas demandas neoliberalizantes. Eleições para direção escolar e, tampouco, para os conselhos escolares foram convocadas naquele período; por isso, as escolas públicas goianas se aprisionaram às práticas autoritárias e antidemocráticas do governo estadual.

Sob esse viés, a inibição à democracia participativa na escola contou com a pandemia de Covid-19 como importante aliada, haja vista que o distanciamento social para conter a disseminação do vírus foi a causalidade apropriada pelo Estado burocrático para assegurar a desmobilização das forças coletivas e implantar, sem resistência, o pacote reformista da educação neoliberal em Goiás.

A partir das eleições de 2022, novos ares progressistas voltaram a fazer parte da política brasileira e representantes da extrema-direita se afastaram minimamente do poder. Diante disso, deve-se valer do artigo 206 da CRFB, o princípio da gestão democrática garantido pela LDB, impulsionado pelo PNE de 2001 e favorecido (embora com viés ideológico neoliberal) pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (Brasil, 1988, 1996, 2001, 2007; Oliveira; Moraes; Dourado, 2014).

Fundamentados na legislação e em políticas/programas públicos educacionais vigentes, os conselhos devem deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola; participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP); estar atentos e analisar demandas



encaminhadas pelos diferentes segmentos da instituição, com a respectiva proposição de sugestões; acompanhar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras executadas; e mobilizar a comunidade escolar e local em atividades que objetivem otimizar a qualidade da educação. Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2014), a gestão democrática nos estabelecimentos escolares assume um novo paradigma de condução administrativa e pedagógica, o que inclui espaços colegiados para privilegiar a participação de pais/responsáveis, professores, servidores nas decisões da equipe que, institucionalmente, administra a escola. Entre os espaços colegiados se sobressaem o conselho escolar, a associação de pais e mestres, o conselho de classe e o grêmio estudantil.

Zientarski, Sagrillo e Pereira (2013) explicam que a democracia como poder popular é difícil/impossível de se efetivar em uma sociedade capitalista, haja vista que tal modelo político-econômico/mo de produção prescinde a falta de compatibilidade com a democracia em seu “valor universal”. No contexto contemporâneo da reestruturação do capital e do conservadorismo, valores neoliberais subsomem a essência da humanização da solidariedade humana, em que “conceitos como democracia ou liberdade perdem sua especificidade e tornam-se formas de sustentação do arcabouço do capital” (Zientarski; Sagrillo; Pereira, 2013, p. 118). Nas palavras de Lima (2010, p. 31-32):

[...] fica nítido que a democracia, para os liberais, é mensurada, tomando como condição o poder que os indivíduos individualizados têm de ir ao mercado, de consumir, de se constituir isoladamente e de se tornarem cada vez mais livres. A liberdade é central para esse processo.

Ciente das armadilhas atinentes à democracia, Lima (2010, p. 34) faz uma importante imersão sobre como tal conceito, sob a lógica da gestão democrática e participativa, foi absorvido pelos papéis dos diferentes conselhos na educação, cujos membros deveriam combater tal expressão neoliberal: “para os movimentos de esquerda, é a igualdade, como processo coletivo, que leva o sujeito a um modelo solidário e participativo de democracia”. Portanto, o fortalecimento dos conselhos escolares, a fim de contribuir para a práxis política de seus membros e promover mudanças qualitativas na gestão participativa na escola, leva à tomada de consciência sobre a função da comunidade escolar além da lógica do voluntarismo, algo típico da franquia “amigos da escola”<sup>1</sup>.

Tornam-se necessários o engajamento e a consciência de classe para problematizar as condições concretas e as múltiplas determinações que influenciam a prática docente, o processo de aprendizagem, as relações entre professor e alunos, a composição da paisagem escolar e a manifestação de diferentes territorialidades nesse ambiente. Por tais razões, tomamos como objeto de análise, no curso de Geografia, as contribuições do referido projeto de extensão desenvolvido no ano letivo de 2023.

---

<sup>1</sup> “Amigos da Escola” foi o *slogan* utilizado pela campanha da Rede Globo de Televisão, em 1999, em comemoração aos 500 anos do Brasil e em parceria com o Programa Comunidade Solidária, do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002), o qual estimulava políticas voluntaristas para redimensionar a lógica da parceria público-privada no Estado neoliberal.

Como dito alhures, essa iniciativa extensionista se sustentou em princípios da escola pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade, sobretudo para os estudantes provenientes da classe trabalhadora. O projeto também visou preparar os professores iniciantes de Geografia para atuar de maneira crítica na docência, com aptidão para diferenciar a aparência e a essência de uma instituição socialmente referenciada.

Entendemos que o conselho escolar desempenha um papel crucial ao representar uma plataforma na qual professores, estudantes, pais e membros das comunidades escolar e universitária podem participar ativamente na gestão e nas decisões atinentes às escolas públicas. No entanto, esse modelo de gestão tem enfrentado desafios acentuados em contextos políticos adversos.

Diante desse panorama, o objetivo geral da ação extensionista buscou engajar as comunidades da UnU Iporá e do CEPI de Aplicação para revitalizar o conselho escolar como um projeto-piloto na retomada da gestão participativa democrática nos estabelecimentos públicos de Iporá (GO). A concretização de tais iniciativas visa não somente reativar as funções do conselho escolar no CEPI de Aplicação, mas também potencializar a práxis política dos envolvidos, ao fortalecer a democracia nas instituições escolares e promover uma educação de qualidade aos educandos, alinhada aos princípios da escola pública e democrática. Vale ressaltar que a interlocução entre as instituições de ensino (superior e básica) possibilitou uma abordagem multidisciplinar e enriquecedora à formação dos participantes envolvidos.

No início das ações, a maior problemática contemplou a resistência da comunidade escolar no tocante à participação nas discussões coletivas sobre o processo democrático. De fato, o envolvimento dos pais desempenha um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes, e a falta de participação em eventos escolares pode representar consequências negativas.

Reuniões e conselhos escolares são oportunidades valiosas para os pais compreenderem o ambiente educacional dos filhos, conhecerem os desafios enfrentados pela instituição e contribuir ativamente nas melhorias. Historicamente, a ausência nesses eventos resulta em uma falta de entendimento de tais atores sobre questões importantes da rotina escolar e que afetam diretamente a educação de seus filhos.

Durante a vivência na escola foi possível constatar que um dos principais fatores que contribuem para a ausência da família diz respeito à lógica de trabalho da sociedade capitalista. Horários de reuniões escolares concomitantes ao período laboral dos membros familiares dos alunos influenciam no esvaziamento dos espaços de discussão sobre as demandas educacionais. Segundo relatos, a sobrecarga de trabalho dos responsáveis para a manutenção socioeconômica, que resulta em cansaço físico e mental, impactam no acompanhamento dos adultos em relação ao desempenho de seus filhos e às reuniões convocadas pela gestão escolar. Para superar o desafio da democracia participativa no âmbito das instituições de ensino, uma das soluções encontradas foi a criação do grupo de WhatsApp citado na introdução deste artigo, o que

levou à aproximação da comunidade pelo fato de os responsáveis se manterem informados sobre as programações semanais. As postagens contemplaram a agenda pedagógica da instituição, como calendário escolar, cardápio semanal, eleição de gestor instituição/diretor, eleições do conselho tutelar e dos conselheiros escolares, resultados das atividades pedagógicas dos alunos, datas das avaliações externas, entre outras.

Por meio dessa ferramenta comunicacional, também foram compartilhadas informações sobre a gestão participativa da escola, em que foram solucionadas dúvidas e sugeridas ações para haver melhor qualidade de ensino aos estudantes da escola. Porém, não há uma participação efetiva e qualitativa da comunidade, pois vários membros familiares não opinam e somente observam o movimento das publicações. Tal constatação justifica a constante necessidade de propormos alternativas para a construção da democracia escolar.

Outra forma de romper o distanciamento da família junto à escola foi o “Web Rádio CEPI de Aplicação”, sob a coordenação da professora de Língua Portuguesa, Artes e Literatura, a qual desenvolveu a proposta do trabalho pedagógico em atendimento às exigências do núcleo diversificado constante no currículo comum dos CEPIS em todo o estado (Goiás, 2018). A partir dessa iniciativa e do projeto de extensão “O fortalecimento dos conselhos escolares e da democracia participativa na escola pública”, surgiu o programa de rádio “Socializando”, o qual objetivou informar a comunidade das questões pedagógicas e institucionais intra e extraescolares. Por meio desse programa, semanalmente foram promovidas discussões sobre diferentes temáticas transversais, como gestão democrática, desenvolvimento de projetos educacionais, avaliações externas, condições de trabalho docente, cuidados com a saúde e o acesso às políticas públicas preventivas, conceitos sobre as diferentes formas das famílias brasileiras, entre outras. Conforme o Quadro 1, listamos 12 temas e os respectivos entrevistados do “Socializando”, realizado em parceria com o projeto escolar no segundo semestre letivo de 2023:

**Quadro 1** – Temas do programa “Socializando”, apresentado em parceria com o projeto “Web Rádio CEPI de Aplicação”

DATA	CONVIDADOS E VÍNCULOS INSTITUCIONAIS	TEMA
10 de agosto	Alessandra Nunes F. de Oliveira (CEPI de Aplicação) Paula Junqueira da Silva Rezende (UEG)	A escola de tempo integral: do que se trata?
17 de agosto	Eliane Alves e Silva (CEPI de Aplicação) Vanessa Rodrigues Leão (CEPI de Aplicação)	Formação integral de alunos do CEPI de Aplicação: projeto “Jovens de Atitude”
24 de agosto	Maria Vitória Nogueira Diniz (CEPI de Aplicação) Olavo Carvalho de Lima (UEG)	Gestão democrática e participativa na escola
14 de setembro	Kaio José Silva Maluf Franco (CEPI de Aplicação) Adriana Alves de Souza (CEPI de Aplicação)	Dia Mundial da Alfabetização: como estamos?

28 de setembro	Públio Ribeiro Bianchini (Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Iporá (GO)) Francisco Junqueira Rezende (aluno do CEPI de Aplicação) Gabrielly Monteiro dos Santos (aluna do CEPI de Aplicação) Laura Nunes De Oliveira (aluna do CEPI de Aplicação)	As cores da vida: setembro amarelo, outubro rosa e muito mais. Viver é bom!
5 de outubro	Nubia Cristina dos Santos Lemes (UEG) Rosângela dos Santos Araújo (CEPI de Aplicação) Paula Ketlyn (aluna do CEPI de Aplicação)	Dia Nacional de Segurança e Saúde na Escola e as avaliações externas da aprendizagem - Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
19 de outubro	Maria Olinda Barreto (UEG) Nilza Vaz dos Santos Silva (CEPI de Aplicação)	Dia dos professores: o que comemorar?
26 de outubro	Valdir Specian (UEG) Renato Castro (professor, ativista cultural e escritor)	Dia Nacional do Servidor Público e Dia Nacional da Cultura: e daí?
9 de novembro	Hellen Xavier da Silva (CEPI de Aplicação) Miguel Alves Cruz Vieira (aluno do CEPI de Aplicação) Alexandre Augusto Galvão Costa (aluno do CEPI de Aplicação)	Protagonismo juvenil na escola pública: rompendo barreiras no CEPI de Aplicação
30 de novembro	Públio Ribeiro Bianchini (psicólogo da SMS) Flávia Damacena Sousa Silva (UEG)	Dia Mundial de Luta contra a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida ( <i>Acquired Immunodeficiency Syndrome - SIDA/AIDS</i> ) e dezembro vermelho: prevenindo as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e o preconceito
7 de dezembro	Juliana Adono da Silva (UEG) Lívia Cristina Pereira Silveira (UEG)	Dia 8 de dezembro, o Dia Nacional das Diferentes Formas de Famílias
14 de dezembro	Alessandra Nunes F. de Oliveira (CEPI de Aplicação) Nilza Vaz dos Santos Silva (CEPI de Aplicação) Rosângela dos Santos Araújo (CEPI de Aplicação) Maria Fernanda Bastos dos Santos (aluna do CEPI de Aplicação)	Avaliação final: o que aprendemos juntos em 2023?

Fonte: Rezende (2023a).

Com essa iniciativa e a respectiva adaptação da comunicação institucional por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), percebemos que, paulatinamente durante o ano de

2023, houve maior participação dos estudantes e demais membros da comunidade nas ações escolares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos obstáculos, como falta de recursos, desinformação e, em alguns casos, apatia por parte da comunidade escolar, emergiram no contexto estudado; contudo, a conclusão desta pesquisa não é pessimista, mas sim um apelo à reflexão e ação. A temática dos conselhos escolares e da democracia nas escolas é crucial para o desenvolvimento educacional dos estudantes, em que a participação ativa de pais/responsáveis, professores, alunos e membros da comunidade pode garantir uma gestão escolar transparente, responsável e centrada nas necessidades dos envolvidos.

Nesse entremeio, os desafios enfrentados na implementação da democracia participativa nos conselhos escolares não invalidam sua importância, e sim ressaltam o compromisso contínuo e a abordagem estratégica para lidar com as dificuldades. O reconhecimento e a abordagem proativa das problemáticas podem contribuir para a construção de conselhos escolares eficazes, inclusivos e representativos, que verdadeiramente cumpram seu papel de promotores da participação cidadã e otimizem a qualidade da educação pública. Na busca da reelaboração desse conselho nas escolas públicas em Iporá (GO) propomos, juntamente ao curso de Geografia da UEG, o projeto extensionista para uma escola de ensino fundamental do município.

Como visto anteriormente, o objetivo geral da proposta de extensão executada no ano letivo de 2023 da UEG visou engajar as comunidades da UnU Iporá e do CEPI de Aplicação no fortalecimento do conselho escolar como projeto-piloto na retomada da gestão participativa democrática nas escolas públicas iporaenses. Ainda tencionamos potencializar a práxis política dos envolvidos no fortalecimento da democracia na escola e reativar as funções desse grupo na instituição estudada.

Importante ressaltar que, durante o primeiro semestre de 2023, realizamos algumas atividades relevantes no projeto extensionista, como tentativa de mobilização da comunidade escolar, a saber:

- 1) proposição e realização de reunião com mães, pais, responsáveis e gestores do CEPI de Aplicação nas dependências da UEG, para apresentar o projeto de extensão e socializar os membros do conselho sobre a própria função na dinâmica escolar: apesar do esvaziamento da participação da comunidade, tal atividade embasou a compreensão acerca do grau do envolvimento da comunidade nos problemas escolares e, portanto, para a efetivação de uma proposta de fortalecimento da democracia na gestão escolar.
- 2) Criação de um grupo na mídia social WhatsApp, denominado “coletivo de mães, pais e responsáveis do CEPI de Aplicação”,

para os informar e mobilizar no que tange a questões importantes sobre a escola, tais como: demandas dos alunos, calendários de reuniões, socialização do cardápio alimentar semanal ofertado pela instituição, sugestões e dúvidas dos responsáveis sobre a relação entre professor e alunos e/ou gestão e comunidade, divulgação de eventos pedagógicos e administrativos relativos à qualidade da educação, entre outros assuntos.

3) Realização do programa “Socializando”, em parceria com o projeto “Web Rádio CEPI de Aplicação”, para (in)formar a comunidade sobre a dinâmica escolar e os temas diversos.

Mesmo com as barreiras apresentadas, os benefícios superam os desafios; afinal, a promoção de ambientes escolares democráticos contribui para o fortalecimento da cidadania, ao formar indivíduos engajados e conscientes de seus direitos e responsabilidades na sociedade. Quando se tornam efetivos, os conselhos podem servir como espaços para o diálogo construtivo, a troca de ideias e a resolução colaborativa de questões relacionadas à educação.

Como categoria docente, acreditamos que nosso dever político é lutar pela escola pública, por ser um dos mecanismos imprescindíveis à qualidade da educação emancipadora. Isso implica na defesa e promoção de práticas que fortaleçam a democracia nas instituições de ensino, ao capacitar os alunos a se tornarem cidadãos informados, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e equitativa. Ao superar as barreiras identificadas nesta pesquisa, pode haver um sistema educacional inclusivo, transparente e orientado ao desenvolvimento pleno dos indivíduos e da comunidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 1º ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum: a educação é a base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários da Educação. Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação. União dos Dirigentes Municipais de Educação. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: MEC; Consed; CNTE; PNUD; Unicef, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/roberto\\_junior.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/roberto_junior.pdf). Acesso em: 27 mar. 2024.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.

GOIÁS. Conselho Nacional de Secretários da Educação. União dos Dirigentes Municipais de Educação. **Documento Curricular para Goiás – ampliado**. Goiânia: Consed; Undime, 2018. Disponível em: [https://www.cidadeocidental.go.gov.br/res/midias/outros/80d3d5d8ac56f920562e29f5ef9785df.pdf?\\_ga=2.114820932.276497606.1619452211-1954095212.1606217088](https://www.cidadeocidental.go.gov.br/res/midias/outros/80d3d5d8ac56f920562e29f5ef9785df.pdf?_ga=2.114820932.276497606.1619452211-1954095212.1606217088). Acesso em: 27 mar. 2024.

LIMA, Antonio Bosco de. Conselhos de educação, movimentos sociais e controle social. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 28-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6443/2635>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006b. (Cadernos de Gestão, 2).

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006a. (Cadernos de Gestão, 1).

LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006c. (Cadernos de Gestão, 3).

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. **Políticas e Gestão na Educação**, Curitiba, n. 1, p. 1-13, fev. 2014. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogic](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogic)

a/fev\_2014/NRE/5gestao\_escolar\_democratica\_definicoes\_principios\_mecanismo\_implementacao.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

REZENDE, Paula Junqueira da Silva. **O fortalecimento dos Conselhos Escolares e da democracia participativa na escola pública**. Iporá: UEG, 2023a. (No prelo).

REZENDE, Paula Junqueira da Silva. **O Pibid enquanto legitimação das estratégias neoliberais na educação: a formação, o trabalho docente e o desmonte dos cursos na Universidade Estadual de Goiás (2012-2018)**. 2023. 387p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023b. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37389>. Acesso em: 26 mar. 2024.

RIBEIRO, Darcy. Educação no Brasil. *In*: MAURÍCIO, Lúcia Velloso (org.). **Darcy Ribeiro: educação como prioridade**. São Paulo: Global, 2018, p. 17-28.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso?** São Paulo: Xamã, 2001.

ZIENTARSKI, Clarice; SAGRILLO, Daniele Rorato; PEREIRA, Sueli Menezes. O desafio dos professores na construção de uma escola pública democrática no contexto capitalista. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 11 n. 1, p. 114-135, abr. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/766/76626426008.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Goiás que, por meio da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, subsidiou a realização das ações extensionistas, objeto deste relato. Ao Centro de Ensino em Período Integral de Aplicação e à Fundação Rádio Educativa pela parceria no processo de formação dos professores de Geografia da UEG/Unidade.

### Contato dos autores/as:

**Autora:** Paula Junqueira da Silva Rezende  
**E-mail:** paula.junqueira@ueg.br

**Autor:** Whatilla Marques de Souza Gonçalves  
**E-mail:** bonfati78@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 17/04/2024